

***O SURGIMENTO DE UMA “NOVA ELITE”: OS CONFLITOS E PRÁTICAS
CORONELÍSTICAS NO SUL DA BAHIA NO EXERCÍCIO DO PODER LOCAL
(1911 A 1922)***

Autor

GABRIEL JOSÉ BRANDÃO DE SOUZA

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Mestrando pelo PPG em História Local e Regional – UNEB

brandao.gabriel@live.com

Co-Autor

ANDRÉ FONTES DANTAS

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Mestrando pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB Campus V

deh.fd@hotmail.com

Simpósio temático: Mundos do trabalho: Classe, cultura e trabalho na história.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender como procederam as relações de poder existentes entre as elites cacauceiras na cidade de Ilhéus - BA, no início do século XX, período no qual ocorreram intensas mudanças na organização política do município e no exercício do “poder local”. Temos como intuito analisar o processo de consolidação dessa nova elite, buscando identificar quais os meios e estratégias utilizadas por esses grupos para garantir a hegemonia política municipal e a construção dos alicerces necessários para a legitimação de um sistema político dominante com base nas relações coronelísticas. Para tanto, recorreremos à análise de uma bibliografia relacionada ao coronelismo, à cidade de Ilhéus e ao estado da Bahia, bem como à pesquisa de periódicos publicados entre os anos de 1911 a 1922, período em que os chamados “novos-ricos” conseguiram chegar ao controle da política municipal.

Palavras-Chave: Relações De Poder, Coronelismo, Poder Local, Cacau, Ilhéus

ABSTRACT

This article aims to understand how undertook the existing power relations between the cacao social elites in the city of Ilhéus - BA, in the early twentieth century, during which intense changes in the political organization of the county and in the exercise of "local authority" occurred . We aim to analyze the process of consolidation of this new elite class, seeking to identify the resources and strategies used by these groups to ensure local

political hegemony and the construction of the necessary foundations for the legitimacy of a dominant political system based on coronelísticas relations. For that, we turn to the analyse the literature related to the Colonels, the city of Ilheus itself and the state of Bahia, as well as research journals published between the years 1911-1922, a period when the so-called "new rich" class managed to reach the control of municipal politics.

Keyword: Power Relations, Coronelismo, Local Authority, Cocoa, Ilhéus

Entendendo o porquê dos conflitos: Famílias aristocráticas x “novos-ricos”

Em um contexto de mudanças econômicas e sociais derivado do progresso advindo das plantações de cacau e do capital gerado pelo comércio do mesmo, iniciou-se um processo de disputas entre as elites tradicionais e os chamados “novos-ricos”, dividindo assim a região em dois grupos antagônicos de cunho familiar: o primeiro formado por conservadores e liberais no império, que se tornaram federalistas e constitucionalistas, na Primeira República, quando ocorreu o advento do coronelismo, enquanto conceito, e o segundo grupo cujo passado estava menos ligado ao Império, na medida em que já se formara em tempos republicanos¹.

O que de fato percebemos na passagem do Império para a República foi à continuidade de uma elite agrária detentora do poder político local, ou seja, acaba por persistir a figura dos coronéis. Conforme salienta José Murilo de Carvalho o coronel já remonta ao período colonial, no sentido da sua força política e da organização social². Evidentemente que não podemos pensar que as relações de poder ocorriam da mesma forma, contudo, o que percebemos é a ineficiência do Estado em manter o controle, tanto no período colonial, como também inicialmente no pós-independência, necessitando aliar-se aos recursos do poder privado. Podemos concluir então, que a implantação da Guarda Nacional em 1831, surgiu como um instrumento capaz de conter os possíveis distúrbios, utilizando da força política e econômica dos grandes proprietários rurais como uma forma de opressão, efetuando por vezes o papel de manutenção da ordem, o que teoricamente seria de responsabilidade do Estado, criando assim laços mais eficientes e

¹ RIBEIRO, André Luis Rosa. *Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005. p. 40.

² CARVALHO, José Murilo de. *As metamorfoses do coronel*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 06 mai. 2001. Disponível no endereço: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf. Acesso em: 26/07/2011

de proximidade entre o governo e o poder privado, colocando, de certa forma, nas mãos dessa elite o controle da população local.

Entretanto, não se deve pensar que o Governo Federal perdeu o seu poder. Fausto pontua que o esfacelamento do poder central representaria um risco, com isso, a União ficou com os impostos de importação, os direitos de criar bancos emissores de moeda, de organizar as forças armadas nacionais, etc. Outro papel que coube à União foi o poder de intervir em conflitos que ocorriam entre os estados para manter a ordem e a preservação da forma republicana federativa³. Neste sentido, quando analisamos a elite tradicional da sociedade ilheense que compunha o quadro da Guarda Nacional, podemos evidenciar os Sá Bittencourt, principalmente as figuras de Adami Sá e seu tio Ernesto Sá Bittencourt, herdeiros de uma família de origem latifundiária e escravocrata, cuja proeminência política e econômica deriva, desde o período colonial, do prestígio social adquirido nas prestações de serviços ao rei de Portugal na colônia e posteriormente ao imperador, além das fortunas adquiridas com a escravização de índios e principalmente nas minas de ouro de Minas Gerais⁴.

Com a eleição de J. J. Seabra para Governador do Estado em 1912, amparado pelo apoio do governo federal⁵, abria-se então uma nova perspectiva política para o grupo do coronel Antônio Pessoa, tradicional aliado no sul baiano, levando a um rompimento no legado da família Sá. Evidenciamos, neste rompimento, uma abertura ao acesso político não somente aos membros da aristocracia tradicional da região cacauzeira, mas também dos novos-ricos, estes podendo de fato ter ascensão na política local⁶. A chegada de Antônio Pessoa e seus correligionários ao poder municipal trouxe uma nova perspectiva para a construção histórica da região. De origens diferentes da aristocracia local, os novos-ricos saíram das camadas da sociedade relativamente humildes, não possuindo os costumes e tradições inerentes à antiga elite. Entretanto, mesmo não sendo descendentes

³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o desenvolvimento da educação, 1999. (Didática, 1). P. 249/50.

⁴ MAHONY, M. A. *Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia*. Caderno de Ciências Humanas – Especiaria v. 10, n. 18, jul. – dez. 2007, Disponível no endereço: [HTTP://www.uesc.br/revista/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf](http://www.uesc.br/revista/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf). Acesso em: 13/02/2011 p. 745.

⁵ Cf. SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, 2009. Disponível no endereço: http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/silvia_noronha_sarmento_dissertacao.pdf. Acesso em: 24/07/2011

⁶ MAHONY, *Op. Cit.* p. 756.

de famílias de destaque no cenário baiano, os mesmos não pertenciam às camadas mais baixas como destaca Mahony⁷.

O fato de este novo grupo emergir financeiramente para a aristocracia não os colocava em uma situação de igualdade, quando pensamos no sentido de classe social, pois entendemos que esta qualificação não se baseia somente no padrão econômico, mas também nos hábitos e costumes. Nesta perspectiva, mesmo estando no padrão econômico semelhante ou até superior ao da elite tradicional, os hábitos e costumes dos novos-ricos demonstravam que esse grupo, apesar das riquezas adquiridas para as famílias tradicionais estes não passavam de um conjunto de lavradores caboclos ou mulatos e, na pior das hipóteses, ex-escravos arrogantes com dinheiro. As relações entre esses dois grupos (aristocracia/novos-ricos) se restringiam sobretudo ao setor econômico, no entanto, por vezes essas relações se estendiam para o âmbito social gerando tensões, haja vista que os novos-ricos nem sempre eram aceitos nos salões da aristocracia baiana⁸.

A forte resistência por membros da elite tradicional ilheense à ascensão dos novos-ricos na política municipal associa-se à discriminação devido a sua condição social. Os Sá Bittencourt, Adamis, Lavigne, Steiger, Homem d'El Rei, Hohlenwerger, Cerqueira Lima, Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente, entre outros grandes proprietários municipais, pertenciam a algumas das mais importantes famílias baianas da época⁹.

Na leitura de Ribeiro (2005) e Mahony (2007), o que se evidencia é uma negação da aristocracia em reconhecer a importância dos novos-ricos. A ideia de associarem-se ao nome de forasteiros, descendentes de ex-escravos ou imigrantes que não tinham um sobrenome de prestígio não permitia a criação de uma identidade comum entre os dois grupos, o que acabou por gerar uma relação de ressentimentos e de consequentes conflitos entre ambos. A partir deste momento, os novos-ricos, tendo uma consciência da sua importância no cenário econômico baiano, passaram a reivindicar uma posição política, que fizesse jus ao seu poder econômico.

O poder local como meta.

Percebendo a importância de obter o comando do poder local, Pessoa e seus correligionários passam a buscar o controle da prefeitura de Ilhéus. Ter a direção deste setor significava ampliar de forma considerável o seu poder político e consequentemente

⁷ MAHONY, *Op. Cit.* p.747.

⁸ MAHONY, *Op. Cit.* p.748.

⁹ RIBEIRO, *Op. Cit.* p. 52.

dos seus aliados. Com a eleição de J. J. Seabra em 1912 à governadoria do Estado, esse feito torna-se possível. De 1893 a 1911, Pessoa e seu grupo se candidataram à Intendência de Ilhéus e a cargos de vereadores da Câmara Municipal. Em duas ocasiões reivindicaram terem conseguido chegar ao pleito, contudo, devido à influência que a família Sá tinha perante o cenário estadual e federal, e graças aos jogos políticos que os favoreciam, ou seja, às fraudes e manobras eleitorais, o grupo de Pessoa não logrou chegar ao poder.

Mas de fato qual seria a real importância em conseguir o comando da intendência? José Murilo de Carvalho, em análise ao trabalho de Vitor Nunes Leal, intitulado *Coronelismo, Enxada e Voto*, salienta que conseguir o controle de cargos públicos vai muito além do político. O intendente tinha o poder de nomear, por exemplo, os Juízes, os delegados de terra, os delegados de polícia e os oficiais de justiça, dentre outros funcionários que poderiam ser de suma importância para intimidar os inimigos e proteger os seus apaniguados. Daí a importância de obter o controle dessas nomeações. Tanto Leal quanto José Murilo de Carvalho reconhecem que o controle do cargo público tem maior importância no sentido de servir claramente como um instrumento de dominação do que efetivamente como apenas empreguismo. Ter esses cargos ligados estreitamente ao seu domínio acabava, de certa forma, por manipular o governo para próprio benefício¹⁰.

Não é de se estranhar, portanto, que o grupo de Pessoa almejasse o controle da intendência. Nas duas primeiras décadas da República em que a família Sá estava no poder, a região cacauera vivia em um contexto de mudanças econômicas e de grande migração de pessoas sob a perspectiva de estabelecer roças de cacau¹¹. A concentração de cargos públicos nas mãos de apenas um grupo acaba por gerar uma relação conflituosa entre a situação e os grupos de oposição. Ter acesso à liberação de crédito, construção de ferrovias, ou mesmo influenciar nos impostos cobrados pelos coletores poderia ser um artifício de opressão e retaliação para com os grupos rivais e, de certa forma, uma negação na assistência a distritos comandados pelos adversários¹². Esse descontentamento contribuía não somente com o tom do discurso mais tarde utilizado pelo grupo pessoísta para angariar aliados nas disputas políticas, mas também para o acirramento das disputas

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____, **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998. P. 138. Disponível no endereço: http://pt.scribd.com/doc/53473735/CRVALHO-Jose-Murilo-de-Mandonismo-coronelismo-e-clientelismo-uma-discussao-conceitual-In_CARVALHO-Jose-Murilo-de-Pontos-e-bordados-Belo-hori.

Acesso em: 29/09/2011

¹¹ MAHONY, *Op. Cit.* p. 751

¹² MAHONY, *Op.cit.*

pelo controle das regiões. Como destaca Mahony, a violência política tornou-se cada vez mais constante entre aristocratas e os novos-ricos em torno de disputas por cobranças forçadas de dívidas, dúvidas sobre limites de propriedade, controle das estações da estrada de ferro, nomeações municipais, eleições e honra de famílias, o que quase sempre resultava em assassinatos e tiroteios¹³.

Ribeiro salienta que essa inicial exclusão política dos novos-ricos, acabou por gerar também uma campanha sistemática de propaganda, ao passo que estes utilizaram-se dos jornais como meio de propagarem seus discursos de oposição à tradicional aristocracia. Surge então, a partir de iniciativa do grupo pessoísta, o jornal *Gazeta de Ilhéos*, que foi publicado até 1905 e tinha como uma de suas funções expressar as insatisfações e críticas de Pessoa e seus partidários aos grupos tradicionalistas comandados pela extensa família Sá. No entanto, o grupo adamista fundou pouco depois o Jornal *A Lucta*, com o objetivo de combater os discursos engendrados pelo grupo pessoísta¹⁴. A utilização da imprensa como meio de propagação dos discursos engendrados pelos pessoístas e pelos adamistas serviu como uma importante ferramenta político-ideológico nos momentos de conflitos e acusações entre ambos os grupos. Recorremos à análise do jornal *Correio de Ilhéos* a fim de percebermos como os conflitos entre os dois grupos políticos foram sendo traçados ao longo do período em que o grupo ligado ao Coronel Antônio Pessoa se manteve na situação.

Fundado em 1921, período em que o grupo dos “novos-ricos” já estava no controle da política municipal, o *Correio de Ilhéos*, de propriedade do Coronel Antônio Pessoa, deixava explícito o seu posicionamento político em torno do Partido Republicano Democrata, liderado por Pessoa. Em ocasião de sua inauguração, o *Correio de Ilhéos* destaca uma reportagem feita pelo periódico *O Monitor*, publicada em 29 de Setembro de 1921, que destacava a importância do recém-lançado *Correio de Ilhéos* para o progresso da região.

Circulou sábado nesta cidade o primeiro número do Correio de Ilhéos, folha diária e órgão político e noticioso, que obedece a orientação do partido cujo chefe, desde 1889, é o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva. Bem impresso, abundante em notícias telegráficas e locais, vem o confrade ocupar lugar distinto em nosso meio. Com o aparecimento

¹³ *Idem*, p.756.

¹⁴ RIBEIRO, *Op. Cit.* p. 53.

*do Correio, conta Ilhéus dois diários vespertinos e dois hebdomadários, afora quatro gazetinhas humorísticas*¹⁵.

Percebemos que durante o período outros periódicos circulavam na região com as mesmas propostas políticas. Todos eram ligados a grupos comandados por algum coronel. Neste sentido, os jornais funcionavam como uma espécie de tribuna de partidos¹⁶. Sob esse viés, nos deparamos com uma série de artigos publicados nas páginas do *Correio de Ilhéus* que entravam em conflito direto com o jornal “*O Commercio*”, fundado em 1920 e possivelmente partidário do grupo adamista. Com o intuito de desmentir supostas notícias publicadas por algum colunista que tecia críticas à administração dos membros do grupo do coronel Pessoa que estavam no controle da política local, o *Correio de Ilhéus* construía uma verdadeira defesa em torno dos pessoístas, aproveitando para atacar os adamistas. Para compreendermos esses conflitos, selecionamos duas destas publicações.

Intitulada *Provocantes e acusadores criminosos* foi publicada em 30 de Setembro de 1921 e aborda uma investigação solicitada pelo então interino na Intendência do Município de Ilhéus, Coronel Misael Tavares, que requisitara que fossem examinados velhos livros de atas - supostamente os poucos que haveriam sobrado no processo de transição do governo do grupo adamista para o grupo de Pessoa. Nessa investigação teriam sido encontrados vestígios de fraudes nas atas, o que possibilitara o não pagamento de dívidas de impostos. O jornal não deixa explícito o nome daqueles que foram intimados para o pagamento desta dívida, mas deixa claro que os acusados alegaram em juízo desconhecer tais dívidas e que devido às influências que os adamistas tinham no período, pois estavam no poder, foram beneficiados com o esquecimento criado em torno da dívida e de sua cobrança¹⁷. Em resposta ao processo de investigação solicitado pelo Coronel Misael Tavares, foram publicadas diversas acusações nas colunas do jornal *O Commercio*, conforme destaca o *Correio de Ilhéus*;

Agora parece que o eterno candidato a Intendente ocupa-se do anonimato nas colunas do “O Commercio” [...] querendo fazer passar por desonesto alguns funcionários encarregados da arrecadação de impostos do Município acusam sistematicamente o Intendente da Justiça. Não suponham os peculatórios confessos que possam marcar

¹⁵ **Correio de Ilhéus**. 1921 – quinta feira – 29/09. CEDOC/UESC. Acesso em 26/09/2011.

¹⁶ ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. Coronelismo, Jornalismo e Relações de poder no sul da Bahia – pg. 5. Disponível no endereço http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/eliana_cristina_albuquerque.pdf

¹⁷ **Correio de Ilhéus**. 1921 - 30/09. CEDOC/ UESC. Acesso em 26/09/2011.

*a reputação do Coronel Eustáquio Bastos as suas diatribes e calúnias*¹⁸.

O que percebemos na análise desta matéria é que consiste em uma defesa sistemática ao coronel Misael Tavares, que fazia parte do grupo pessoísta. O *Correio de Ilhéos* passa então a enaltecer as qualidades do mandato do coronel Eustáquio Bastos, afirmando que as acusações passaram a ocorrer a partir do momento em que este não compactuaria com as práticas políticas corruptas e que eram comuns no governo anterior ao dos “novos-ricos”.

*Os homens indecentes e viciados não podem estar em harmonia com os funcionários honestos, porque estes não se deixam explorar e evitam o seu contato, como se evita o do leproso. Para os nossos inimigos o Sr. Coronel Eustáquio Bastos só tem um defeito – é ser honesto. É por isso, que velhos peculatórios o acusam, é por isso que só os viciados e desclassificados o abominam e o intrigam.*¹⁹

O que compreendemos nesta passagem extraída do *Correio de Ilhéos* é a tentativa de criação de um discurso de que o novo governo não possuía as bases políticas e mentalidade atrasada dos seus adversários políticos. Daí o argumento de os partidários do Coronel Eustáquio Bastos não participaram de processos corruptos, identificados como uma marca do antigo grupo que estava na administração municipal, ou seja, os adamistas. Desta forma, negam a possibilidade de utilização das rendas municipais para benefícios próprios. Além disso, a partir da leitura do *Correio de Ilhéos* percebemos que os pessoístas construía a ideia de que os adamistas ainda utilizavam a violência como forma de atacar os membros ligados ao grupo de Pessoa, que estavam à frente da administração. Todavia, cabe-nos presumir a possibilidade de manipulação destas informações veiculadas pelo jornal, já que o *Correio de Ilhéos* era muito pouco imparcial, sendo de propriedade do coronel Antônio Pessoa, como já mencionamos.

Em uma apreciação mais geral, podemos então adotar algumas hipóteses para compreendermos o intuito do discurso e as estratégias utilizadas pelo grupo liderado por Antônio Pessoa para a manutenção do controle do poder local. Na busca por angariar alianças com os grupos menos favorecidos, como pequenos e médios proprietários de plantações de cacau, comerciantes e trabalhadores que haviam chegado à cidade na tentativa de estabelecer roças de cacau, Pessoa e seus partidários utilizavam-se de um discurso que os colocavam como defensores dos menos favorecidos até o momento, explorados pelo grupo adamista. Esse discurso enfatiza que o próprio Pessoa e seus

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

correligionários haviam construído suas fortunas sem terem nascido de famílias ricas ou mesmo recorrido a alianças políticas com a aristocracia soteropolitana, mas, sim, através do trabalho duro e dos próprios esforços, dando um novo significado à sua posição social. Alegavam também serem vítimas de uma visão retrógrada dos autoritários aristocratas baianos, mas faziam do mencionado desdém um motivo de orgulho, alegando terem ascendido pelo trabalho e esforço próprios, ao contrário da família Sá²⁰.

Contudo, o discurso de Pessoa se apresentava de forma dúbia, pois ao mesmo tempo em que questionava a origem da riqueza da família Sá, acusando seus membros de serem escravistas ou mesmo de explorarem os pequenos proprietários, omitia que muitos dos seus aliados (mesmo que em menor escala que a família Sá), também haviam vindo de famílias possuidoras de mão-de-obra escrava e que vários tinham conseguido se casar com mulheres de famílias bem estabelecidas ou até conseguido expandir suas riquezas através da expropriação de pequenos proprietários endividados.²¹ Porém, quando analisamos o discurso de Pessoa, torna-se perceptível certo rompimento com ideários pregados por uma elite oligárquica escravocrata que já estava em decadência. Outro fator importante, que indiretamente transitava no discurso de Pessoa, estava na mensagem racial, que pretendia incluir mestiços, caboclos ou negros, que representavam cerca de 80% da população ilheense. Neste ponto, a retórica de Pessoa diferenciava-se dos ideários dominantes no Brasil, fortemente influenciados por princípios positivistas e pelo darwinismo social, tendo como paradigma a ideia de que o atraso do Brasil estava diretamente ligado à miscigenação racial que tornava nosso povo impuro e inferior.²² Não podemos esquecer as políticas implantadas em torno da tentativa de embranquecimento da população, buscando oferecer facilidades para a vinda de europeus para o Brasil, projeto este adotado inclusive pela Bahia²³.

Portanto, pode-se argumentar que a intenção dos discursos produzidos por Pessoa seria fomentar a ideia de possibilidades de ascensão econômica e social. Não podemos, entretanto, pensar que as alianças buscadas por Pessoa visavam somente os menos favorecidos, pois o novo-rico também buscava manter relações de proximidade com coronéis ou grupos políticos, o que trazia, de certa, forma vantagens que se configurariam

²⁰ MAHONY, *Op. Cit*, p. 752; RIBEIRO, *Op. Cit*. p. 54.

²¹ MAHONY, *Op. Cit*, p. 753.

²² MAHONY, *Op. Cit*, p. 754.

²³ Sobre a Urbanização na Bahia ver: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912-1916*. Salvador, 1996. UFBA/FFCH: Dissertação de Mestrado em História.

com a necessidade de se obter subterfúgios, no sentido da ideia de proteção que os coronéis poderiam oferecer. A aliança com um chefe político da situação poderia possibilitar ao apaniguado ter liberdade de ação para fazer determinadas coisas, podendo assim gozar dos privilégios de sua condição²⁴.

Outro fator importante nessas alianças seria a possibilidade desses grupos trazerem consigo um número de votos consideráveis. Vale notar que a importância do voto está diretamente relacionada ao poder político exercido pelo coronel. Em análise ao trabalho de Jean Blondel²⁵, que versa sobre o coronelismo no estado da Paraíba, Maria Isaura Pereira de Queiroz salienta que a estrutura coronelística está diretamente ligada à quantidade de eleitores que o coronel reúne. Nesta perspectiva, o poder político do coronel é medido pela quantidade de votos que este chefe local ou regional possui no momento da eleição. Forma-se então nesse contexto, uma estrutura no sentido de angariar um maior número de eleitores para a base política ao qual o coronel pertence.

Voltando à cidade de Ilhéus, percebemos ao longo do nosso estudo que antes da expansão econômica que o cacau acarretou, tínhamos a hegemonia de apenas um grupo de parentela, formada pela extensa Família Sá Bittencourt Câmara. Após a Proclamação da República em 1889 e na primeira década do século XX houve uma maior extensão das plantações e da exportação de cacau, o que possibilitou o surgimento dos chamados novos-ricos sob a liderança de Antônio Pessoa da Costa e Silva, o que desencadeou conflitos pelo controle político, gerando grandes tensões entre os dois grupos em questão.

Outro artigo publicado pelo *Correio de Ilhéus*, intitulado “Os mesmos Actores” e publicado em 05 de Outubro de 1921, faz alusão a uma notícia que havia sido publicado no Jornal *A Tarde* na capital baiana. De autoria novamente desconhecida, a matéria do *A Tarde* tecia insultos ao Coronel Misael Tavares e acusações de que o mesmo era um traidor do grupo que o apoiara, buscando assim criar uma relação conflituosa entre Tavares e Pessoa. Segundo o *Correio de Ilhéus*;

É muito para estranhar que, o propósito de um artigo anônimo publicado no A Tarde contra um dos maiores vultos do nosso partido, um seu parente, amigo ou coisa que o valha, responda com insultos a um outro amigo nosso de incontestável mérito. Qual o responsável pelo artigo anônimo contra o coronel Misael? Não podemos apontar o seu autor porque não dispomos de elementos para isso; mas duvidamos que tenha partido de algum amigo nosso. Na capital há dois indivíduos que

²⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 1975. *Op. Cit.* p.164.

²⁵ BLONDEL, Jean. *As condições da Vida Política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1957.

*tecem intrigas já de há muito, contra o senador Pessoa, e trabalham incessantemente para a separação completa deste e do coronel Misael*²⁶.

É possível perceber na notícia em tela que os grupos de oposição utilizavam-se das influências na capital baiana para criar intrigas que favorecessem um rompimento dentro do grupo do coronel Pessoa. Essa prática tinha como objetivo gerar um racha dentro do Partido Republicano Democrata, cujos principais líderes eram os coronéis Antônio Pessoa agora senador e Misael Tavares. Segundo o *Correio de Ilhéos*, com base em informação do Jornal “A Tarde”, os dois indivíduos citados na referência acima, teriam elaborado uma carta endereçada ao presidente da comissão executiva e ao então governador do Estado, J. J. Seabra, com a assinatura do coronel Misael, queixando-se amargamente de atitudes do Coronel Pessoa. Todavia, segundo Misael Tavares a suposta carta teria sido falsificada²⁷. Neste sentido, percebemos que as oligarquias tradicionais ilheenses, supostamente não deixaram de tentar voltar ao controle do poder municipal, utilizando assim de artifícios, como a boataria, que poderiam proporcionar um rompimento entre os dois principais coronéis do grupo composto pelos novos-ricos possibilitando um enfraquecimento do seu partido.

Nesse contexto de conflitos, surge um aspecto considerado por Queiroz essencial nas relações coronelísticas, que é a possibilidade de barganhar e a consideração do voto como uma posse que distingue os eleitores diante dos respectivos chefes políticos²⁸. Ademais, ter um grande número de apaniguados não necessariamente significaria comandá-los discricionariamente como massas de manobra. A manutenção de uma relação de proximidade com um coronel ou mesmo a dependência em relação às benesses concedidas pelo mesmo, poderia servir como uma estratégia por parte dos trabalhadores. Votar em um coronel ou mesmo em um candidato indicado por ele não significava votar de forma inconsciente, mas perceber no voto uma possibilidade de se obter alguma vantagem.

Entretanto, manter um número relativo de eleitores dependia de estratégias de negociação dos coronéis, o que abrangia a sua capacidade de conceder favores. Percebemos, dessa forma, que à medida que as leis do Estado se fortalecem nesse

²⁶ *Correio de Ilhéos*. 1921 – 05/10. CEDOC/ UESC.

²⁷ *Correio de Ilhéos*. 1921 – 05/12. CEDOC/ UESC.

²⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 1975. *Op. Cit.* p. 160

momento e o conceito de cidadania (formado pelos direitos civis, políticos e sociais)²⁹ se desenvolvia de forma progressiva, o poder do coronel se enfraquecia, aumentando assim progressivamente o poder de barganha dos seus dominados.

Evidentemente, que nem sempre as relações entre coronéis e eleitores se davam em torno de barganhas. Uma vez dentro de um sistema onde encontravam-se tanto dominantes quanto dominados, o uso da violência e da opressão estava diretamente ligado a este. Compreende-se, então, que o poder da barganha advinha do conflito entre os grupos de elite, na medida em que os “dominados”, sobretudo os que não eram ligados de forma fixa à propriedade de um membro de determinado grupo de elite, entregavam ou vendiam seus votos a quem desse mais. Neste sentido, ao pensar as relações de conflitos existentes entre o grupo de Pessoa e dos Adamis, percebemos que a manutenção da “lealdade” dos eleitores era de suma importância para a liderança política local. De acordo com a perspectiva de que os desfavorecidos utilizam-se de instrumentos de barganha, o discurso utilizado por Queiroz entra, de certa forma, em discordância com o estudo de Vitor Nunes Leal, o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*³⁰, onde o autor destaca:

*Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência de seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica*³¹.

Embora reconhecendo a força exercida pelos coronéis sobre os desfavorecidos, não necessariamente podemos perceber essa relação como baseada somente na passividade dos dominados, que, a nosso ver, já tinham uma consciência de sua importância. Apelar para intervenção do coronel em determinados momentos e manter alianças com o mesmo, de certa forma como já salientado, poderia servir como uma moeda de troca. Nessa perspectiva, percebemos que havia um jogo de interesses entre as duas classes, tanto os coronéis quanto os trabalhadores, que viam no processo eleitoral uma oportunidade de tirar proveito em benefício do seu bem estar em relação à convivência de ambos. É válido ressaltar que muitos dos trabalhadores viviam em

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 14ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁰ LEAL, Victor Nunes, 1975. *Op. Cit.*

³¹ LEAL, Victor Nunes, 1975. *Op. Cit.* p. 25.

territórios de propriedade dos coronéis e que suas condições de vida estavam diretamente ligadas às alianças com estes coronéis. Entretanto, não era sempre que os trabalhadores tinham que apoiar os coronéis. Essas relações de alianças e confrontos entre patrões e trabalhadores se desenvolveram de forma complexa e particular em cada região. Contudo, a historiografia tendeu a ter uma concepção tradicionalista, não percebendo a visão dos desfavorecidos, considerando-os como meros “magotes de burros” conduzidos pelos coronéis sem questionamentos ou perspectivas, como o próprio Vitor Nunes Leal cita:

O roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja rico, em comparação com sua pobreza sem remédio [...] É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades³².

Essa visão de Leal ao sugerir uma passividade do eleitorado e a inconsciência de sua importância vem sendo contraposta. Pensar as relações entre os “de baixo” e os coronéis com base na passividade dos primeiros, significa simplificar e desconsiderar a complexidade que caracterizava as relações coronelísticas, que, no âmbito local, eram horizontais (abarcavam diferentes grupos de poder, formado por coronéis) e verticais (envolviam diferentes classes sociais, no caso as elites e os trabalhadores), e que não se restringiam somente ao âmbito local, na medida em que interdependiam de uma esfera de nível estadual e nacional, que se interligavam diretamente. O coronelismo então significava um novo esquema de relações de força, que envolvia proprietários rurais, eleitorado e governos municipais, estadual e federal. Fora fruto do fortalecimento do poder do Estado em detrimento do poder dos coronéis, que ao observarem o seu declínio frente a um passado de mandonismo e patriarcalismo, necessitaram tecer novas alianças com o objetivo de preservarem o seu *status* e domínio econômico e político.

Na Primeira República, o coronel quase sempre dependia do governo para poder continuar mantendo o controle da política municipal. Na percepção de Vitor Nunes Leal, a fraqueza do poder financeiro dos municípios para suprir as suas necessidades era um dos motivos que tornava os coronéis dependentes do Estado. Sem esse auxílio disponibilizado pelo Estado, que possibilitava aos coronéis realizar obras vistas como benefício às populações locais, na conquista do apoio dos desfavorecidos, provavelmente ocorreria a derrocada de vários potentados locais. Por outro lado, o Estado, por ter que

³² LEAL, Victor Nunes, 1975. *Op. Cit.* p. 24.

administrar a aplicação dos recursos, que eram insuficientes para todos os municípios, tendia a priorizar aqueles municípios que faziam parte da teia fundamentada no coronelismo. Desta forma, a estrutura coronelística está em suma intrinsecamente ligada ao governo.³³ A medida que esse poder privado exercido pelos coronéis foi se enfraquecendo ele teve a necessidade de aliar-se ao Estado, contudo, apesar de o coronelismo transmitir uma imagem de força aos mandantes locais, o poder dos coronéis estava em declínio comparado com épocas anteriores. Sob esse ponto de vista, voltamos ao texto de Queiroz, quando a mesma percebe que esses “novos coronéis”, à medida que assumem o poder local tendem a se integrar ao sistema já existente, ligando-se assim aos modos e costumes políticos dos antigos potentados.³⁴

Desse modo, podemos então compreender através da análise das fontes consultadas e da bibliografia sobre Ilhéus que o processo de disputas políticas e econômicas na região cacauzeira engendradas pelos grupos aristocráticos e os novos-ricos, que abarcou de ambas as partes relações coronelísticas, não se deu apenas no campo da violência ou mesmo da “exploração passiva” dos seus apaniguados. Ao contrário disso, os grupos, talvez ciosos das transformações institucionais e legais geradas pela República, passaram a utilizar cada vez menos a violência em benefício da criação de um consenso e de uma legitimidade, construídos através da concessão de benesses e da elaboração de um discurso propagandístico, que era veiculado por jornais diversos, criados com o objetivo de atender aos interesses de grupos de elite, que tinham a intenção de manter a sua hegemonia política, garantindo a posse do poder político, o que, conseqüentemente estaria ligado à manutenção do poder econômico e social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. *Coronelismo, Jornalismo e Relações de poder no sul da Bahia* – pg. 5. Disponível no endereço http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/eliana_cristina_albuquerque.pdf
Acesso em 26/07/2011

CARVALHO, José Murilo de. *As metamorfoses do coronel*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 06 mai. 2001. Disponível no endereço: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf. Acesso em 26/07/2011

³³ LEAL. *Op. Cit.* p. 145

³⁴ QUEIROZ, *Op. Cit.* p. 178

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 14^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. In: _____. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. P. 138. Disponível no endereço: http://pt.scribd.com/doc/53473735/CRVALHO-Jose-Murilo-de-Mandonismo-coronelismo-e-clientelismo-uma-discussao-conceitual-In_CARVALHO-Jose-Murilo-de-Pontos-e-bordados-Belo-hori. Acesso em 29/09/2011

CARVALHO, Phillipe Murilo. *Para além das autoridades dos coronéis: poder e conflito entre patrões e trabalhadores no sul da Bahia (1912-1937)*. In. Revista de História (2010). Disponível no endereço: http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_1/a03.pdf. Acesso em 18/07/2011

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o desenvolvimento da educação, 1999. (Didática, 1).

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Tudo é história; 13).

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MAHONY, M. A. *Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889*. Revista Afro-Ásia, nn. 25-26, Salvador, UFBA, 2001. Disponível no endereço: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n25_26_p95.pdf. Acesso em: 24/07/2011

_____. *Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia*. Caderno de Ciências Humanas – Especiaria v. 10, n. 18, jul. – dez. 2007, Disponível no endereço: HTTP://www.uesc.br/revista/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf. Acesso em: 13/02/2011

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In:

RIBEIRO, André Luis Rosa. *Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950*. Salvador: FFCH / UFBA, 2008. P. 45. Disponível no endereço: http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/URBANIZACAO_PODER_E_PRATICAS_RELATIVAS_A_MORTE_NO_SUL_DA_BAHIA.pdf. Acesso em: 12/02/2012